

Quando se ausenta a ausência, o discurso se embaralha, a imagem se impõe sozinha, na qual não falta precisamente nada, nem mesmo, certamente, sua legenda. Num mundo de duas dimensões, a profundidade simulada é o artifício da imaginação, o ponto de fuga do real.

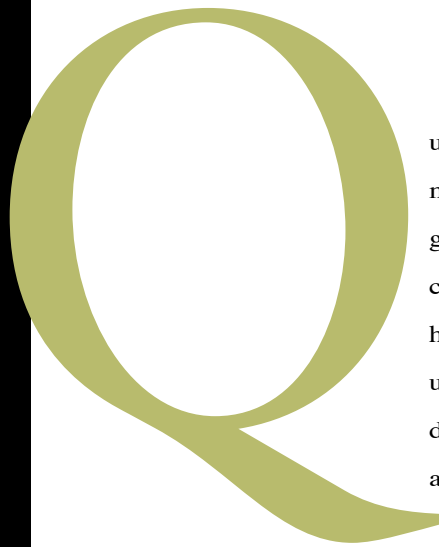
GILLES A. TIBERGHIE

é professor de Estética e História da Arte na Universidade Paris I, Sorbonne, na Escola Nacional Superior de Paisagem de Versailles e no Instituto de Arquitetura de Genebra e autor de, entre outros, *Nature, Art, Paysage* (Verona).

GILLES A. TIBERGHIE

Tradução de Inês de Araujo

Texto publicado originalmente em: Gilles A. Tiberghien, *Le Principe de L'Axolotl & Suppléments et le Projet Faros d'Ulf Rolof*, Arles, Actes Sud, 1998, pp. 89-104.



ue o lastimemos ou não, nunca mais viajaremos como antigamente e naquilo que ainda chamamos de viagem não há sem dúvida mais do que um nome. Uma das razões disso talvez seja a extrema abundância de informações da qual somos objeto e que satisfaz qualquer desejo, todo apetite de descobrir novos espaços, antes mesmo que esse desejo possa nascer. Ou então digamos que, paradoxalmente, esse desejo, se ele existe, desde sempre já foi saciado.

As diferentes maneiras de reduzir o espaço e de fixar o tempo podem se tornar o objeto de estudo por parte das disciplinas que têm mais especificamente que lidar com eles: a antropologia (o espaço) e a história (o tempo). Mas essas ciências se interpenetram e não podem se ignorar, como bem o mostrou um *antropólogo de mundos contemporâneos*, Marc Augé. Esses mundos pertencem ao que ele denominou de “supermodernidade” que, em oposição

à modernidade ainda capaz de criar lugares, produz “não-lugares”. Os quais, inversamente aos primeiros, não são nem de identidades, nem relacionais, nem históricos; são zonas de trânsito, corredores de aeroportos, campos de refugiados, etc. Lá, bens assim como pessoas, tudo circula muito rápido e de modo superabundante, e Marc Augé detecta três figuras do excesso: factual, espacial, individualizado. Aceleração histórica (o sentimento de fazer a história no presente dando sentido ao menor dos eventos), rotação contínua de imagens que nos fazem reconhecer o que nós desconhecemos, multiplicação de referências individuais à medida que nós nos perdemos cada vez mais nas sociedades que contribuem para afogar nossa identidade. Compreendemos então como, hoje em dia, os lugares antropológicos, entrecruzamentos, itinerários e centros perdem pouco a pouco suas funções e adquirem progressivamente um caráter artificial estético. Nós vivemos em mundos cujas espessuras são variáveis segundo as sedimentações que os compõem, mas que em todo caso coexistem e não se sucedem. O espetáculo das coisas torna-se aquele que o indivíduo oferece a si mesmo.

“Não é de se admirar, escreve nosso autor, que seja entre os ‘viajantes’ do século passado, e não os viajantes profissionais ou pensadores, mas os que viajam segundo humores, pretextos ou ocasiões, que se possa reencontrar a evocação profética de espaços onde nem a identidade, nem a relação, nem a história façam realmente sentido, onde a solidão seja experimentada evidentemente como superação da individualidade, onde apenas o movimento das imagens permita entrever por alguns instantes àquele que as vê afastar-se a hipótese de um passado e a possibilidade de um futuro.”

Ao estudo desses não-lugares Marc Augé consagra certas páginas em que pude encontrar forte convergência com minhas próprias reflexões e com bom número de exemplos que as ilustram no cotidiano. Se eu fosse um antropólogo, “antropólogo da solidão” e dos lugares comuns de nossa

contemporaneidade, eu me encaixaria sem dúvida em seus passos e retomaria por minha conta sua própria metodologia que, no entrecruzamento da história e da sociologia, permanece em última instância antropológica. Mas em lugar de tentar explicar a existência desses “não-lugares”, eu antes tentei descrever-lhes através de uma genealogia *onirocrítica* e de um certo número de errâncias teóricas. Esforcei-me em escrever entre as linhas, pelo viés dos conceitos, e dedico ao fracasso uma tal empresa que aliás não se impôs nenhum resultado.

Se a viagem me interessa tanto é porque sem dúvida ela permite pensar por parênteses, nos interstícios do discurso, entre dois lugares, entre dois tempos, entre si mesmo e o outro, sem que se possa fazer a separação entre aquilo que se deixa e aquilo que se carrega. O parentesco entre narrativa e viagem daqui adiante torna-se claro. “Toda narrativa é uma narrativa de viagem”, escreve Michel de Certeau, que cita Marc Augé. O inverso também é verdadeiro: toda viagem é antes uma narrativa; que nem mesmo faz sentido senão através dessa narrativa que é, ela, a verdadeira viagem que nos permite escutar o que nossos olhos não vêem e descobrir esses não-lugares do mundo que as análises do antropólogo nos revelam a seu modo. Do mesmo modo que o não-lugar pode ser considerado como um parêntese – “É na forma de um imenso parêntese que os não-lugares acolhem indivíduos a cada dia mais numerosamente” –, os parênteses são uma forma de não-lugar no interior mesmo do discurso. E portanto do pensamento.

Pois, seguindo a fórmula de Pierre Alferi, “Pensar quer dizer: procurar uma frase”. Pensamos com as palavras, através de seus ritmos e de suas complexas configurações e não há impensado senão como pensamento do impensado, formulação do não formulado. A tarefa que Alferi confere à literatura de “estender a linguagem” inventando novas formas sintáticas é uma tarefa para o pensamento. Mas não necessariamente para a filosofia. Ainda que esta seja um modo eminente do pensar, ela não é de longe o único. A filosofia pode pensar

sobre essas formas mas raramente *nelas*. Quando ela o faz, a comunidade filosófica a declara na maior parte das vezes inaceitável. Ainda assim nelas o pensamento não deixa de permanecer, qualquer que seja o nome que lhe demos.

Contudo nada garante que se possa medir a verdade de uma teoria filosófica na mesma proporção desse ilusório domínio que, por esquecer a frase que o enuncia, perde a verdade enunciada. Os filósofos que não pertencem a nenhuma comunidade o sabem, eles que mais profundamente têm em comum essa convicção herdada da lição de Wittgenstein que é formulada por Gardani do seguinte modo: “A verdade de uma teoria consiste não no que ela afirma, mas naquilo que ela jamais disse, e talvez nem mesmo tenha verdadeiramente acreditado e explicitamente pensado”.

De modo que “a frase é verdadeira desde que ela se interrompa”, acrescenta Gardani, em *Regard et Destin*, “e até o lugar onde ela pára, mas *após* sua verdade, e *para além* de sua verdade, a frase mostra o que resta, a saber, o estado do mundo que avança no movimento infinito do estupor, da reverência em relação àquilo que é, da beleza, do horror, *da lembrança como infância do mundo no coração de uma frase onde ressoa ‘quase tudo é diferença!’*”.

Pensamos no interior da frase; é o lugar onde o pensamento se desdobra sem jamais se esgotar. A frase continuamente recomeçada é o movimento infinito do pensamento. Como os juncos, as dunas à beira-mar, as palavras o fixam mas não o detêm. Nada de decorativo ou de supérfluo há nisso; é o estofado mesmo do sentido que está em jogo. Não se “fazem” frases para “formar uma palavra”, a boa, que conclua ou faça rir, mas para desfazer as formas rígidas do discurso e liberar a compreensão. Toda narrativa é um risco e uma chance: do esgotamento ou da descoberta. Pois o viajante *inventa* cada vez que narra: é a mesma história mas com toda sorte de variantes, de ínfimas ou consideráveis *decalagens*, esses entre dois onde se viaja, onde as imagens revolvidas pela memória encontram um novo tropismo nos desenlaces sintáticos, na síncope res-

piratória, nas modulações vocais daquele que fala. A asfixia um dia aparece, por falta de espaço; as frases não jogam mais entre si, nada mais surge e a narrativa torna-se recitação.

A interseção, o entrecruzamento, a translação, a transferência e a troca constituem a experiência do viajante. O intervalo, o limite, o parêntese circunscrevem o *topos*. O parêntese é uma figura do excesso ou da falta – precisão não indispensável, excrescência estilística, comentário, amplificação retórica, enumeração analítica. Sem o parêntese que pesa, a frase guarda todo seu sentido; ela ganha até em unidade e elegância. Ao mesmo tempo, o parêntese oferece um lugar de errância sem fim para o pensamento. Não que ele tenha uma extensão ilimitada, mas uma compreensão infinita. O parêntese é uma subdivisão do pensamento na qual nunca se pode interromper o corte ou a seqüência, a não ser arbitrariamente. Como o ponto, ele é sem superfície, mas, como ele, pode-se dividir até o infinito. Pois, para citar Leibniz, “[...] ainda que o ponto não seja divisível em partes colocadas fora das partes (partes extrapartes), ele é divisível no entanto em partes que não são a princípio postas fora das partes; ou seja, em partes que a princípio se penetram”. O esforço está para o movimento como o ponto está para a linha: um começar imóvel. () é um começar de frase sem palavras, uma virtualidade do pensamento mas não uma ausência. Assim como o ângulo é a seção de um ponto, o parêntese é a seção de uma frase. Se o pensamento é uma forma de esforço, pode-se ver o parêntese como a resistência do pensamento esforçando-se em desdobrar-se sobre si mesmo. Assim o parêntese é constituído por um entrecruzamento, escavado por uma interseção.

O parêntese não é um dado mas um talho, e a frase, um jogo de linguagem que se lança e se rebate indefinidamente.

O pensamento por outro lado é arborescência e funciona por parênteses. O *Tractatus* de Wittgenstein é um embrenhado de parênteses, exemplar desse ponto de vista; a narrativa de Potocki, *Manuscrit trouvé à Saragosse*, um encaixo de histórias; assim

como *Tristram Shandy* de Sterne, uma sucessão de digressões que, segundo o narrador, são “a vida e a alma da leitura. Privem isto deste livro por exemplo, é como privar-se do próprio livro”. Essa maneira de proceder por acréscimo interno, como Roussel fazendo proliferar os parênteses, é o que Deleuze chama o *vacilar* da língua perseguindo o limite da linguagem não como aquilo que seria exterior a ela mas como seu próprio fora. Assim são as verdadeiras narrativas de viagem, que, com ou sem esforço, fazem ceder a língua, as narrações daqueles que, por força de freqüentar os confins do mundo articulado, devolvem ao real a espessura da visão e o brilho partido do pensamento.

De fato se pode ver como em todo livro é a narração de uma viagem que ele oferece ou não como tal. O que só é verdadeiro considerando-se um como potencial do outro – e que se trate ou não de “literatura” não está em questão. O que não quer dizer que uma viagem não seja uma questão de língua. Ela é, ao contrário, essencialmente isso. Viajar não é unificar mas multiplicar os vocábulos. Não se aprende outras línguas para pensar como o outro mas para entender melhor como se pensa de outro modo. Quando se viaja muito tempo num país, sonha-se frases estrangeiras e é como se deslizássemos em outra boca para soletrar nossas palavras com seus lábios.

Sem dúvida é isso o que é traduzir, criar não-lugares na própria língua para escutar falar aquela do outro, descobrir novos territórios sem se preocupar em explorar os eventuais recursos. O que diz a seu modo Emmanuel Hocquard: “Quando eu escrevi que a poesia americana de hoje traduzida em francês é uma contribuição à literatura francesa atual, eu não quis dizer que esta última se tornou aumentada ou enriquecida, mas que sua superfície de campo ganhou em zonas inexploradas. Traduzir hoje *poesia* americana em francês significa ganhar terreno”.

Tais manchas brancas são aquelas que sinalizavam antigamente nos atlas alguns raros territórios ainda inexplorados. Essas manchas desapareceram desde então. Mas, segundo Hocquard, “é necessário introduzir

‘manchas brancas’ num contexto geral de colorização”, ou seja, “fabricar distância num espaço-tempo em vias de estreitamento incessante”. Um gesto estético, ético e político e, pensando bem, que pode tornar-se injunção e transformar um princípio num imperativo do gênero: “A caminho para Croatan!”, esse lugar de nenhum lugar, que toma emprestado seu nome aos índios da América entre os quais desapareceu um grupo de colonos animados por uma vontade utópica de refundação social; empresa emblemática dessas comunidades criadas pelos bucaneiros no princípio do século XVIII em ilhas que, como escreveu Hakim Bey, constituíam “enclaves de liberdade total ocupando espaços vazios sobre o mapa”. Os TAZ, essas “zonas de autonomia temporária”, das quais seu livro deseja ser uma espécie de manifesto teórico, são como intervalos, como parênteses espaço-temporais destinados a desaparecer uma vez identificados.

Mas se trata de uma outra lógica cuja aplicação no mundo da cultura cibernética responde a estratégias de guerrilha. Seja lá como for, todas essas reflexões testemunham, no entanto, um mesmo estado de mundo, ou melhor, uma mesma percepção desse mundo da qual se encontram antecedentes em outras épocas, como percepções de relance, isoladas então, generalizadas agora.

Essa percepção depende da maneira pela qual nós construímos o mundo pelo discurso. O que há entre duas línguas? A questão pode ser entendida de modo apenas tópico mas também – e será este o sentido que eu lhe darei – de um modo dinâmico, como quando nos perguntamos às vezes o que se passa entre duas pessoas. O seguinte: () o que é provavelmente vão de conjecturar mas cuja realidade não se poderia negar, o que, palavra após palavra, nos esforçamos progressivamente em compreender a natureza.

Ao fazê-lo, descobre-se ao mesmo tempo a própria estranheza da nossa língua da qual a poesia nos oferece o exemplo radical com Cummings. O parêntese, para ele, é a possibilidade de as palavras abrirem-se

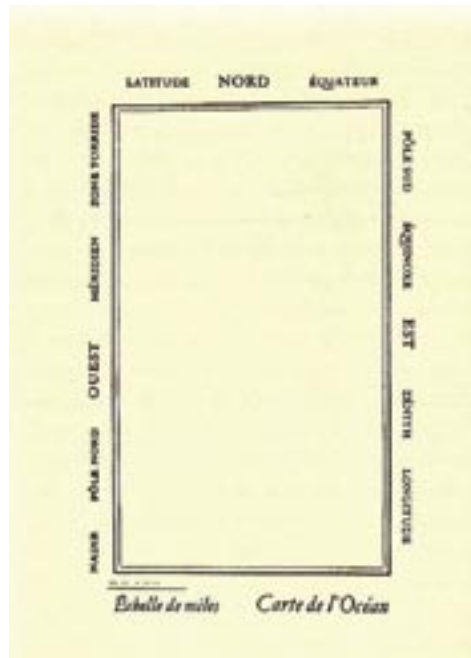
indefinidamente sob as palavras, a possibilidade, para uma só dentre todas, de se multiplicar em si mesma e proliferar.

Como nesse texto escrito na vertical, que evoca a solidão de uma folha caindo e abre o volume *95 Poems* :

“(a
le
af
fa
ll
s)
one
l
iness”.

Tal é também o “o divisionismo sem limite” do qual fala Segalen. O sentimento do diverso vale o preço de uma atenção cada vez maior à diferenciação interna das línguas. É igualmente a experiência da solidão. Não é provavelmente à toa que a meditação de Segalen se acompanhava de longas reflexões sobre a incomunicabilidade, e que ele afirmava que o exotismo era a “percepção aguda e imediata de uma

incompreensibilidade eterna”. Manter-se aí, em equilíbrio, seja lá como for, deixando refluir palavras como a areia que preenche um buraco que nos esforçamos em vão para cavar, é remontar à infância da linguagem, sem origem identificável, nascendo para si mesma a cada instante.



Mapa do Oceano, in Lewis Carroll, *La Chasse au Snark*, 1876

BIBLIOGRAFIA

- ALFERI, Pierre. *Chercher une Phrase*. Paris, Bourgois, 1991, p. 53.
- AUGÉ, Marc. *Non-Lieux, Introduction à Une Anthropologie de la Surmodernité*. Paris, Seuil, 1992, p. 111.
- BEY, HAKIM. *Taz Zoneautonome Temporaire*. Tradução francesa Christine Treguier, Peter Lamia e Aude Latarget. Paris, L'Eclat, 1997, p. 45.
- CERTEAU, Michel de. *L'Invention du Quotidien, I*. Paris, Gallimard, "Folio", p. 171.
- GARGANI, Aldo. *Regard et Destin*. Tradução francesa Charles Alunni. Paris, Seuil, 1990, p. 116.
- HOCQUARD, Emmanuel. "Taches Blanches", in *Le Gam*, 1997, impresso pelo autor, p. 11.
- LEIBNIZ. "Lettre à Oldenburg", 28 sept., 1670, *Oeuvres, Aubier*, 1972, p. 94.
- STERNE, Laurence. *Tristram Shandy*. Tradução francesa Charles Mauron I. U.G.E. 10/18, p. 99.